TRIGO

A PRODUÇÃO BRASILEIRA, EM 1983, CARACTERIZOU-SE PELA ALTA PRODUTIVIDADE. INFELIZMENTE, NO ANO EM QUE AS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS FORAM BENIGNAS, A ÁREA PLANTADA FOI PEQUENA. DESSE MODO, AS IMPORTAÇÕES, EM 1984, DEVERÃO CONTINUAR ELEVADAS.

Em 1983, a produção brasileira de trigo acabou apresentando resultados surpreendentes. De início, tinha-se como certa uma acentuada redução do plantio, consequência da severa frustração da safra de 1982. As chuvas de maio atrasaram a semeadura no Paraná, fazendo com que se rebaixassem ainda mais as previsões de área plantada, inicialmente projetada, em termos de Brasil, em até 2,2 milhões de ha, contra 2,9 milhões plantados em 1982. Por fim, o total da área semeada acabou ficando em 1,9 milhão de ha e esperava-se uma produção da ordem de 1,9 milhão de t. Mas, ao contrário de 1982, o clima se comportou de maneira extremamente satisfatória, o que permitiu um reajuste gradativo (para mais) das projeções de produtividade.

Segundo os dados de novembro do **IBGE**, o rendimento médio teria alcançado os 1.183 kg/ha, com uma produção esperada de 2,27 milhões de t. Os dois maiores produtores — Paraná e Rio Grande do Sul — apresentaram excelentes desempenhos, com produtividades acima dos 1.100 kg/ha (ver Quadro 04).

Apesar da boa **performance** da safra de 1983, os problemas com relação ao trigo estão longe de serem resolvidos.

Conforme prática em vigor, o preço pago ao produtor nacional é calculado em dólares. De acordo com este critério, apesar do rebaixamento sensível que ocorreu após a maxidesvalorização do cruzeiro em fevereiro, os produtores nacionais conseguiram obter preços razoáveis. Mas o encarecimento progressivo dos juros e a redução da parcela do **VBC** financiada a créditos favorecidos acarretam novas dificuldades.

Para 1984, essas dificuldades aumentarão pois o Conselho Monetário Nacional igualou os juros do crédito rural à evolução das **ORTN's**, mais 3%. Tratando-se de uma lavoura especialmente sujeita a quebras, essa mudança poderá ser extremamente negativa. De fato, a concessão de crédito a juros favorecidos teria exatamente a função de elevar a rentabilidade de uma atividade mais sujeita a riscos do que as demais.

A questão do subsídio creditício é extremamente controvertida. Quando os recursos são concedidos a atividades produtivas realmente importantes, como é o caso da cultura do trigo, tudo indica que há um efeito social positivo.

A história da defasagem entre a produção e o consumo nacionais é longa e complexa. As dificuldades são conhecidas: no Sul, a instabilidade do clima subtropical aumenta demais os riscos das lavouras, ao mesmo tempo em que a falta de infraestrutura, no cerrado, (área em tese propícia à produção do cereal com produtividades superiores às obtidas no Sul), impede a expansão da triticultura naquela região.

Para atender às necessidades do consumo, o país tornou-se dependente de importações de trigo. Esta dependência aprofundou-se a partir de 1972, quando, para evitar que o crescimento das cotações externas fosse repassado ao consumidor brasileiro, as autoridades responsáveis resolveram vender o cereal, no mercado nacional, por preços inferiores aos que realmente custará o produto, no mercado internacional.

QUADRO 04 — TRIGO — ESTIMATIVA DE ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO NO BRASIL E EM ESTADOS SELECIONADOS — 1983

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA (1.000 ha)	PRODUÇÃO (1.000 t)	RENDIMENTO kg/ha
Brasil	1.922	2.273	1.183
Paraná	938	1.070	1.141
Rio Grande do Sul	685	798	1.165
São Paulo	146	200	1.367
Mato Grosso do Sul	114	158	1.383
Minas Gerais	19	28	1.442
Santa Catarina	18	17	960

FONTE — IBGE

Esta medida **conjuntural**, que já dura há doze anos, tem sido apontada como uma das grandes responsáveis pelos males da inflação brasileira.

Quando as cotações do trigo no mercado externo começaram a declinar, a partir de 1974, surgiu o receio de que a retirada do subsídio pessionasse a inflação, através do crescimento dos preços. É esta provavelmente a razão pela qual, entre fevereiro de 1974 (época em que a tonelada de trigo era vendida aos moinhos por Cr$ 734) e agosto de 1980, quando passou a Cr$ 1.968,80, o preço do cereal sofreu apenas dois reajustes: um em dezembro de 1976 e outro em maio de 1978 (ver Quadro 05).

A defasagem acumulada apenas nesse período já seria suficiente para determinar, por um longo período, um reajuste obrigatório permanente dos preços de venda dos moinhos, para que o déficit da **conta trigo** tendesse a zero.

Mas não foi isso o que ocorreu. Com a aceleração rápida da inflação, após o início da retirada do subsídio, os reajustes ganharam maior freqüência. Mas, em 1981, foram se tornando mais raros e, em 1982, houve apenas um aumento, em maio.

Isto significa que uma nova defasagem se acumulou. Em 1983, pela força imperiosa dos acordos externos, houve três reajustes. Entre fevereiro e setembro deste ano, os preços de venda aos moinhos sofreram um acréscimo de 180%.

Mesmo assim, em meados de dezembro as autoridades governamentais pagaram pelo trigo quase o dobro do preço que cobram dos moinhos.

Do ângulo do consumidor, a retirada do subsídio representa o encarecimento de produto básico de sua cesta alimentar. Os preços da farinha de trigo comum passaram de Cr$ 153,50/50 kg em maio de 1980 para Cr$ 6.902,00/50 kg em setembro de 1983. É bem verdade que esses aumentos incorporam custos de outros fatores (energia, mão-de-obra etc).

Por isso mesmo, o consumo **per capita** da farinha vem declinando desde 1980, quando atingiu 43 kg/ano. Segundo a **Sunab**, esse consumo foi de 36,6 kg/ano em 1982 e deverá ter declinado novamente em 1983 para algo em torno de 33 kg.

Ao mesmo tempo, não é possível supor que a demanda de bens substitutos tenha crescido no mesmo período. Em particular no ano de 1983, a produção de cereais e oleaginosas (a



chamada safra de **grãos**) sofreu uma drástica redução, o que acabou prejudicando a política oficial para o trigo.

O consumo de 1983 deverá superar em 300 mil t o total de 5,5 milhões de t, estipulado inicialmente, pela **Sunab**. Isto porque o enorme encarecimento do arroz, feijão, milho e demais produtos agrícolas destinados ao abastecimento interno fez com que os produtos derivados de trigo ainda permanecessem relativamente mais baratos.

O que ocorreu em 1983 vem indicar que, mais do que hábitos de consumo, no caso de produtos básicos de alimentação, é o preço relativo dos diversos bens que determina sua demanda. Nos onze primeiros meses do ano, o preço do trigo cresceu 264%. O dos cereais e grãos, que compõem o índice de Preços por Atacado da Fundação Getúlio Vargas, aumentou 423%.

Para 1984 persistem as metas de redução do consumo interno e do subsídio. Existe um plano de suprimir completamente o subsídio até meados do ano. Quanto ao consumo, é difícil prever o que ocorrerá, pois ele depende da evolução dos preços do trigo e da disponibilidade e preços dos seus substitutos.

QUADRO 05 - BRASIL – EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DE TRIGO PAGOS PELOS MOINHOS – PERÍODO DE MARÇO DE 1974 A SETEMBRO DE 1983

DATA DE VIGÊNCIA	PREÇO (Cr$/t)	DATA DE VIGÊNCIA	PREÇO (Cr$/t)
04.03.74	734	16.02.81	8.226
06.12.76	1.202	1º.06.81	11.310
12.05.78	1.562	21.12.81	18.096
18.08.80	1.968	10.05.82	27.144
22.09.80	2.716	14.02.83	35.290
20.10.80	3.750	27.06.83	70.580
15.12.80	5.673	05.09.83	98.812

FONTE – Departamento de trigo – Sunab